

# Promotora diz que tribunal mudará decisão de juíza

Responsável pelo caso do índio queimado vivo garante que nos corredores da Justiça só se ouvem comentários indignados

Isabel de Paula

• BRASÍLIA. A promotora Maria José Miranda Pereira, responsável pelo caso do assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo por cinco jovens de classe média num ponto de ônibus, há quatro meses, disse ontem que tem o apoio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal contra a decisão da juíza Sandra Mello. Maria José acha que a juíza não reconsiderará a decisão que transformou em lesão corporal seguida de morte a denúncia anterior do Ministério Público, de homicídio doloso (intencional) triplamente qualificado. Mas a promotora está convicta de que, quando o caso subir para uma das turmas criminais do tribunal, os desembargadores vão derrubar a sentença.

— Meu entendimento é o mesmo da instituição inteira. Pelos corredores do tribunal só se ouvem comentários indignados com a decisão — afirmou.

Maria José, que entrará na segunda-feira com recurso contra a

decisão, ressaltou que os desembargadores também concordam que as provas contra os jovens são muito fortes. A promotora explicou que as provas demonstram que o crime foi contra a vida, e não um simples acidente.

— Há provas de que houve a intenção do crime ao pôr fogo em uma pessoa. Ao atear dois litros de álcool e fogo no índio, os jovens assumiram o risco de provocar a morte — sustentou.

## Assessora diz que juíza está se sentindo massacrada

Diante das reações da opinião pública, a juíza resolveu não falar sobre o assunto. Uma assessora do tribunal disse que a juíza está se sentindo massacrada pelas críticas à decisão.

Inconformado com a decisão da juíza, que poderá reduzir a pena dos jovens de 30 anos para quatro a 12 anos de prisão ou até deixá-los logo em liberdade, o Comitê Galdino resolveu promover no dia 28 o "Tribunal popular contra a impunidade". O comitê, formado pelas comissões de Di-

reitos Humanos da Câmara e de Assuntos Sociais do Senado, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Coordenação de Apoio às Organizações Indígenas do Brasil e Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), também vai fazer um estudo sobre as ações pendentes na Justiça Federal pedindo a devolução de terras indígenas ocupadas por fazendeiros.

Com o tribunal simbólico, as organizações promotoras pretendem reproduzir o processo legal que o Estado pode não realizar, deixando que os assassinos fiquem impunes.

## Fernando Henrique diz que não tem poder para interferir

A família de Galdino pretende se encontrar com o presidente Fernando Henrique Cardoso para pedir sua interferência, mas ele disse que há limitações legais e constitucionais para um presidente agir contra a impunidade e a injustiça. Fernando Henrique disse que esses problemas estão enraizados na sociedade e que é difícil mudar isso. Como exem-

plio, citou o massacre dos sem-terra em Eldorado de Carajás (PA), em abril de 1996, e a rebeleião das polícias militares. No primeiro caso, a competência é da Justiça Federal. No segundo, dos governos estaduais.

O presidente disse que tem feito tudo que está ao alcance do Governo em casos como esse, mas não citou a polêmica sobre o caso Galdino. As declarações foram feitas durante o programa "Business", da TV Manchete, na quinta-feira à noite.

— Qual o problema que mais me machuca como presidente, governante e sociólogo? É a injustiça e a impunidade. E a pouca possibilidade que um presidente tem de mudar isso, porque são coisas enraizadas. Veja o caso de Eldorado de Carajás, que vivem me cobrando. Faço tudo que posso para se chegar ao julgamento, mas não está na minha alçada constitucional. O Governo federal não pode fazer nada a não ser o que já fez: reclamar, insistir. Porque a lei não me dá os instrumentos para isso — disse. ■